

## Presidente da Frente Parlamentar da Saúde defende SUS de qualidade

Durante conferência promovida em São Paulo, no dia 21 de junho, por médicos de diferentes instituições, entre as quais a Associação Médica Brasileira, o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) discutiu propostas para a crise da saúde no País, em especial o Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com Guerra, que preside a Frente Parlamentar da Saúde, o subfinanciamento do setor é consensual e acarreta diversas dificuldades como má gestão, sucateamento de equipamentos, atraso tecnológico e, conseqüentemente, atendimento de baixa qualidade à população.

O deputado mineiro abordou, ainda, a proliferação irresponsável de escolas médicas e o desperdício de recursos em programas como o Farmácia Popular. “Não é tarefa do governo vender remédios. Ou distribui gratuitamente ou finge de morto”, disse.

Outra distorção apontada por Guerra foi a descontinuidade de políticas públicas, da qual são exemplos os programas de medicamentos genéricos e dos relacionados à Aids, que não obtiveram incentivo do governo atual.

Ele também citou a intenção clara do governo de desviar recursos da saúde para prejudicar o SUS e “empurrar” a classe média brasileira para os planos de saúde, criando assim um “SUS somente para os pobres”. “Não podemos admitir uma saúde de segunda categoria porque não admitimos cidadãos de segunda categoria”, lembrou.

Para reverter este cenário, Rafael Guerra destacou a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que garantirá a vinculação dos recursos da saúde; reajustes justos das tabelas de remuneração do SUS; criação do cartão SUS – “um cartão da cidadania”; efetiva política nacional de medicamentos; controle da aplicação de recursos por meio de auditoria transparente; e a humanização do atendimento pelos profissionais de saúde, passando por melhor formação e condições dignas de trabalho.

O Projeto de Lei 3466/2004, que referencia a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) no sistema suplementar de saúde em âmbito nacional, também foi apontado por Guerra como um instrumento único de credibilidade para o setor, ao garantir a cobertura dos mais modernos e eficazes procedimentos médicos. “Além de assegurar assistência de qualidade à população, a CBHPM representa o resgate da dignidade da classe médica”, ressaltou.

Cerca de 300 pessoas assistiram à palestra do deputado, entre as quais o ex-ministro da Saúde, Adib Jatene; o ex-secretário de Estado da Saúde de São Paulo, José da Silva Guedes; a secretária municipal de Saúde de São Paulo, Maria Cristina Cury; o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral; o secretário-geral, Edmund Chada Baracat; o 1º secretário, Aldemir Humberto Soares; e o ex-presidente da entidade, Eleuses Vieira de Paiva.



Foto: Márcio Arruda

## Entidades debatem Projeto polêmico em Brasília

Dentre os 80 projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que dizem respeito mais de perto ao médico e ao seu paciente, um deles suscitou manifestações contrárias de vários segmentos da medicina nos últimos dois meses. Trata-se do PL 6435/2005, da deputada Alice Portugal (PC do B/BA), que amplia o âmbito da profissão farmacêutica no Brasil. Como exemplos, outorga como atribuição do farmacêutico atividades em laboratórios de análises clínicas (incluindo exames de genética e biologia molecular), citologia clínica, citopatologia, cosmetologia, toxicologia clínica, hemoterapia, fitoterapia e acupuntura.

Apresentado em 15 de dezembro do ano passado, o Projeto de Lei 6435 foi apensado ao PL 5367, de 1990, duas semanas depois, e por isso já estaria pronto para a votação pelo plenário da Câmara. No entanto, a pronta reação da Comissão de Assuntos Políticos AMB/CFM e a mobilização das Sociedades de Patologia, Citopatologia e Acupuntura, aliadas às entidades não-médicas (Biologia e Medicina Veterinária), se manifestaram contra a proposta, fazendo com que a deputada revisse seu posicionamento e suspendesse o regime de urgência com que vinha tocando o projeto, sem discussão nas câmaras especializadas do Congresso. Daí ter solicitado a “desapensação” deste projeto, para que volte à ampla discussão. Surpreendentemente, esta solicitação foi indeferida pela mesa da Câmara dos Deputados, porém a deputada Alice Portugal repetiu o requerimento. Roberto Queiroz Gurgel, diretor de Defesa Profissional da Associação Médica Brasileira, e Elias Fernando Miziara, diretor de Proteção ao Paciente, representaram a entidade no encontro com a deputada no dia 9 de maio, em Brasília (foto).

